

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2015
(Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer a convocação do Senhor Ministro da Fazenda para esclarecimentos sobre o maior corte no Orçamento da história.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, IV, do Regimento Interno e art. 50, caput, da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convocado a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor Ministro da Fazenda para esclarecimentos sobre o maior corte no Orçamento da história.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil passa por grave crise e o governo anunciou, no dia 22 de maio de 2015, o maior corte no Orçamento da história do país. A tentativa é a de alcançar a meta de superávit primário e equilibrar as contas, mas áreas muito importantes para a população serão afetadas com o enxugamento drástico de gastos.

No entanto, mesmo anunciado em entrevista coletiva, o governo da presidente Dilma Rousseff não explicou bem como o talhe afetará a Saúde, o Transportes e a Educação, que, juntos, terão R\$ 44 bilhões a menos para atender a população.

Segue matéria que exemplifica a necessidade da audiência:

Governo federal anuncia o maior corte no orçamento da história

Corte será feito nas despesas não-obrigatórias e ficou em R\$ 69,9 bilhões.

Desse total, um total de R\$ 25,7 bilhões serão tirados diretamente do PAC.

Jornal da Globo - 22/05/2015

Giovana Teles

Na tentativa de economizar para alcançar a meta de superávit primário e equilibrar as contas do país, o governo anunciou na sexta-feira (22) o maior corte no orçamento da história. Esse esforço de contingenciamento é a parte que o governo teve que fazer para dar corpo ao ajuste fiscal, que ainda depende de medidas a serem votadas no Congresso.

O corte será feito nas despesas não-obrigatórias e ficou em R\$ 69,9 bilhões, ou seja, é o quanto o governo vai tirar do orçamento deste ano. Desse total, R\$ 25,7 bilhões serão tirados do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento, uma das bandeiras do governo do PT e da presidente Dilma Rousseff.

R\$ 21,5 bilhões vão sair das emendas parlamentares e quase R\$ 23 bilhões de outras despesas. Todas as pastas vão contribuir com alguma contenção de despesa. Olhando detalhadamente cada ministério, o mais sacrificado será o Ministério das Cidades, que terá R\$ 17 bilhões a menos.

Depois vem o Ministério da Saúde, que perdeu quase R\$ 12 bilhões de despesas bloqueadas e Ministério da Educação, R\$ 9,5 bilhões. Os cortes atingiram também o Programa Minha Casa Minha Vida, que vai perder quase R\$ 7 bilhões.

Mesmo assim, o Ministério do Planejamento garantiu que esse e outros programas vão ser preservados, como o Mais Médicos, programas prioritários na educação, a Farmácia Popular, o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família.

O corte nos recursos do PAC, sozinho, vai ser responsável por mais de um terço do que o governo vai economizar. É uma redução significativa nos investimentos. Ficarão R\$ 40,5 bilhões para as áreas consideradas prioritárias.

“Serão os preservados os projetos estruturantes, os principais projetos estruturantes de rodovias, ferrovias, saneamento e também os projetos que já estão em fase de conclusão, projetos que estão com 70% das obras já completadas, que estão quase em fase de conclusão”, declara Nelson Barbosa, ministro do Planejamento.

Foi o ministro do Planejamento quem explicou as medidas. Joaquim Levy, que defendia cortes maiores, não apareceu. A explicação foi uma gripe.

Além de redução de despesas, Nelson Barbosa falou do esforço do governo para aumentar a arrecadação, com a elevação de impostos e contribuições sobre setores específicos. Mas, quando foi perguntado sobre mais aumento de tributos, ele desconvessou.

O ministro também apresentou projeções para este ano. O PIB vai ter uma queda de 1,2%. A inflação vai ser alta: 8,2%, bem longe do centro da meta do Banco Central, de 4,5%.

Nelson Barbosa disse várias vezes que, apesar do tamanho do corte, as obras que já estão em andamento não vão parar, e que haverá novos projetos, como o plano de concessões na área de infraestrutura e a terceira etapa do Minha Casa Minha Vida. O ministro reforçou que esse era o ajuste possível, de uma forma suportável para a economia.

Os cortes repercutiram entre os parlamentares, que ainda têm medidas do ajuste fiscal para votar.

“Sem dúvida alguma o quadro recessivo que já é grave se agravará mais ainda. No mês de abril o país perdeu 100 mil empregos formais e a tendência é que continue a perder empregos, porque todas essas medidas, seja do corte anunciado hoje ou do ajuste proposto pelo Congresso Nacional, são altamente recessivas”, diz o senador Aécio Neves (PSDB/MG).

“É o esforço que o governo está fazendo e foca principalmente na redução da despesa para aumentar a arrecadação. Tudo aquilo que é fundamental para garantir a estabilidade econômica o governo está tomando e é aquilo que estava se cobrando”, afirma o deputado José Guimarães (PT/CE).

Como se pode perceber da leitura da notícia acima transcrita, as informações divulgadas merecem atenção da Câmara dos Deputados, em especial desta comissão de fiscalização e precisam ser esclarecidas.

Assim, a participação do Senhor Ministro da Fazenda, que ora requeremos, é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 01 de junho de 2015.

Deputado Vanderlei Macris
PSDB/SP